

Encontro Científico



Estudo e Conservação do Lobo Ibérico

Projecto MedWolf

**Boas Práticas para a Conservação do Lobo
em Regiões Mediterrânicas**

Livro de Resumos



Sabugal, 12 de Junho de 2013

Centro de Educação

Ambiental da Senhora da Graça

Reserva Natural da Serra da Malcata

Projecto MedWolf

Boas Práticas para a Conservação do Lobo em Regiões Mediterrânicas

LIFE11 NAT/IT/o69

Parceiros Nacionais

Grupo Lobo (*Coordenador Nacional*)

Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Castelo Branco

Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária

ALDEIA – Acção, Liberdade, Desenvolvimento, Educação, Investigação, Ambiente



Website: www.medwolf.eu

E-mail: lifemedwolf@fc.ul.pt

Apoio Institucional



Apoio Financeiro



Índice

Apresentação	1
O Projecto Med-Wolf	2
Programa	4
Distribuição e ecologia do lobo Ibérico	5
Metodologias para o estudo do lobo	7
Amostragem genética não invasiva e análise forense	8
Actividade da Guarda no âmbito da preservação de espécies em vias de extinção nos distritos da Guarda e Castelo Branco – Fiscalização, caça furtiva e uso de venenos	9
O Grupo de Intervenção Cinotécnico da Guarda (GIC): Projecto Cães Detectores de Vida Selvagem	10
Uso ilegal de venenos: toxicologia, protocolos de actuação e aspectos legais	13
- Protocolo de Actuação	15
- Formulário	18
Seleção e utilização de cães de detecção para avaliar os esforços de conservação	21

Apresentação

Damos-lhe as boas vindas a este Encontro Científico, “Estudo e Conservação do Lobo Ibérico”, que conta com a presença de vários oradores Portugueses oriundos de diversas áreas de investigação e de actuação no âmbito da conservação do lobo ibérico e ainda de um convidado Norte-Americano.

Com a presente actividade pretende-se contribuir para a divulgação de conhecimentos sobre a ecologia do lobo e as diferentes metodologias e técnicas usadas no seu estudo e na sua monitorização. De entre estas destacam-se algumas de utilização de recente, como sejam a análise genética de dejectos, técnica não invasiva que permite a recolha de informação vital para a análise da viabilidade da população em estudo, e o uso de cães para detectar, p. ex., os indícios indirectos de presença do lobo, como sejam rastos e dejectos. A questão da caça furtiva e da utilização ilegal dos venenos será igualmente abordada, em virtude do enorme impacto que podem ter nas populações lupinas, em particular em regiões de baixa densidade como é a situação que se verifica a sul do rio Douro.

Este evento é promovido pelo Grupo Lobo em colaboração com diversas entidades, às quais aqui deixamos o nosso agradecimento público pelo apoio e colaboração prestados, e decorre no âmbito do Projecto MedWolf – Boas Práticas para a Conservação do Lobo em Regiões Mediterrânicas.

Agradecemos também a Vossa presença e participação, fazendo votos para que este Encontro possa de alguma forma contribuir para que todos em conjunto consigamos uma melhor e maior aceitação da presença do lobo nesta região raiana.

Sabugal, 12 de Junho de 2013

Prof. Doutor Francisco Petrucci-Fonseca

Presidente do Grupo Lobo

O Projecto MED-WOLF

O Projecto LIFE MED-WOLF - Boas Práticas para a Conservação do Lobo em Regiões Mediterrânicas, tem por objectivo diminuir o conflito entre a presença do lobo e as actividades humanas, em regiões rurais onde os hábitos culturais de coexistência se perderam. O MED-WOLF engloba organizações italianas e portuguesas de natureza agrícola e ambiental, entidades estatais e centros de investigação, numa colaboração única.

As duas áreas de intervenção do projecto localizam-se em Itália e Portugal e integram vários sítios Rede Natura 2000 e áreas protegidas. Em Itália será desenvolvido no território da Província de Grosseto, no Parque Regional de Maremma e no parque faunístico do Monte Amiata, onde a presença do lobo foi confirmada por estudos anteriores. Em Portugal as áreas de intervenção estão inseridas nos Distritos da Guarda e de Castelo Branco. A área de intervenção irá abranger o núcleo populacional a sul do rio Douro, mais precisamente a parte este deste núcleo, ao longo da fronteira com a Espanha, onde a presença de lobo é considerada menos estável.

Apesar de ser considerada uma prioridade para a conservação esta região não tem recebido a atenção desejada. Trata-se de um núcleo fragmentado, cuja existência tem sido muito afectada pela destruição do habitat e pela presença de barreiras físicas e sociais. A área de intervenção é crucial para a sobrevivência do lobo a sul do rio Douro e para a sua futura expansão para sul e este, promovendo a conectividade com a população de lobos espanhola.

As principais actividades a desenvolver são:

- Realização de censos fiáveis sobre a presença e a situação do lobo e caracterização dos conflitos causados pela presença do lobo nas áreas do projecto;
- Formação dos actores locais envolvidos na conservação do lobo, que foquem: a monitorização da população lupina, a avaliação dos prejuízos e o estabelecimento de relações de confiança com os criadores de gado e caçadores;
- Aplicação de medidas eficazes de prevenção de prejuízos, como vedações eléctricas ou convencionais, cães de gado de qualidade e bem educados, e um maneio do gado que reduza o risco de predação pelo lobo;
- Troca de experiências com projectos similares e com especialistas em diferentes aspectos da conservação do lobo;
- Criação de grupos de coordenação nacionais e internacionais sobre técnicas de protecção dos animais domésticos e de diminuição dos prejuízos, e de métodos de conservação do lobo;

- Avaliação das áreas ecologicamente mais adequadas ao lobo, onde os conflitos sociais existem e representam entraves à expansão da espécie, utilizando técnicas de informação geográfica e de mitigação das barreiras sociais;
- Campanhas de sensibilização dos criadores de gado e do público em geral sobre as formas de coexistência entre o lobo e as actividades humanas;
- Aumento da consciencialização e do conhecimento técnico dos gestores, através de reuniões temáticas e acções de formação.

O projecto tem a duração de cinco anos, prolongando-se até Março de 2017. O Grupo Lobo é a entidade responsável pela sua coordenação nacional, que tem como parceiros a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, a Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Castelo Branco, o Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária e a Associação ALDEIA. A coordenação internacional está a cargo do Instituto de Ecologia Aplicada (Itália), estando ainda envolvidas mais seis entidades Italianas.

Programa

09:00 – Abertura

09:30 – Distribuição e ecologia do lobo Ibérico

Prof. Doutor Francisco Petrucci-Fonseca

Grupo Lobo

10:00 – Metodologias para o estudo do lobo

Dr. Gonçalo Costa

Grupo Lobo

10:30 – Amostragem genética não invasiva e análise forense

Prof.^a Dr.^a Fernanda Simões & Dr.^a Carla Borges

INIAV – Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária

11:00 – Pausa para café

11:30 – Actividade da Guarda no âmbito da preservação de espécies em vias de extinção nos distritos da Guarda e Castelo Branco: Fiscalização, caça furtiva e uso de venenos

Major João Miguel Brito

Chefe da Secção do SEPNA, Comando Territorial de Castelo Branco - GNR/SEPNA

12:00 – O Grupo de Intervenção Cinotécnico da Guarda (GIC): Projecto Cães Detectores de Vida Selvagem

Major Costa Pinto

Comandante do GIC - GNR/SEPNA

Demonstração do GIC

GIC - GNR/SEPNA

12:30 – Almoço

14:00 – Uso ilegal de venenos: toxicologia, protocolos de actuação e aspectos legais

Dr. Ricardo Brandão

Associação ALDEIA / Programa Antídoto - Portugal

14:45 – Selecção e utilização de cães de detecção para avaliar os esforços de conservação

Dr. Heath Smith

Conservation Canines, Universidade de Washington (EUA)

15:30 – Demonstração da utilização de cães de detecção

Dr. Heath Smith

17:30 – Encerramento

Distribuição e ecologia do lobo Ibérico

Prof. Doutor Francisco Petrucci-Fonseca

Professor na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL)
Investigador do Centro de Biologia Ambiental da FCUL
Presidente do Grupo Lobo

Outrora a área de distribuição do lobo – *Canis lupus* - era a mais vasta entre os mamíferos terrestres e ocupava praticamente todo o hemisfério Norte, estendendo-se desde o Ártico até à América Central e sul da Ásia. Os lobos são predadores altamente adaptáveis e como tal ocupam diversos tipos de habitats - taiga, tundra, estepe, planícies, desertos e florestas, à excepção das florestas tropicais. Na Península Ibérica o lobo era uma espécie comum e que podia ser encontrada nos diversos tipos de habitats desta região. Pertencem ao grupo dos canídeos da ordem Carnívora, a qual inclui, também os felídeos e os mustelídeos, e caçam em alcateia ou individualmente, podendo também apresentar hábitos necrófagos. Os lobos predam principalmente ungulados silvestres - veados, corços, javalis, renas e alces, e a sua dieta depende da disponibilidade e vulnerabilidade das presas presentes. Não existindo este tipo de presas, os lobos predam os animais domésticos os quais o homem foi introduzindo ao mesmo tempo que diminuía as populações silvestres das presas naturais destes canídeos. Quando solitários costumam caçar pequenos mamíferos. Os lobos aproveitam toda a presa que capturam, chegando a comer vários quilos numa só refeição. Por dia e em média, um lobo adulto necessita de cerca de 3 a 4 kg de carne. Todavia, podem passar vários dias sem se alimentar. Os lobos são animais altamente sociáveis, podendo variar muito o número de exemplares que constituem uma alcateia. Este número depende do espaço e da quantidade de alimento disponíveis. Os lobos comunicam por processos químicos - de longa duração, e sonoros - mais imediatos. Outras formas de comunicação, estas mais usadas para comunicar em contactos próximos entre indivíduos, são as expressões faciais e as posturas corporais. Estes predadores reproduzem-se apenas uma vez por ano e atingem a maturidade sexual entre os 2 e 3 anos de idade. O tamanho da ninhada – em média de 4 a 6 crias, depende da condição fisiológica da progenitora. A mortalidade juvenil é elevada e as causas podem ser – a falta de alimento, os predadores, as doenças e a perseguição directa. O crescimento das crias é rápido podendo estas acompanhar os adultos já no início do Outono. Aos seis meses de idade é já difícil distinguir um juvenil de um adulto. Em Portugal os lobos nascem, em geral, nas duas últimas semanas de Maio. Os lobos são excelentes corredores e o seu corpo e membros estão bem adaptados para o efeito - podem atingir velocidades de 60 Km por hora e deslocar-se várias dezenas de quilómetros por dia. Nos seus movimentos de dispersão podem percorrer mais de uma centena de quilómetros. Todas as raças de cães tiveram origem num ancestral comum – o lobo. Os lobos foram erradicados da

maioria da sua área primitiva de distribuição em virtude dos prejuízos causados nos animais domésticos, por se acreditar que constituem um perigo para o homem e pelas crenças e mitos a eles associados. As primeiras referências conhecidas da perseguição ao lobo datam da antiga Grécia. Esta perseguição foi feita utilizando vários processos que incluíam campanhas de envenenamento sistemático, o uso de diferentes tipos de armadilhas e o pagamento de recompensas pelos exemplares mortos. Actualmente, outra das causas para o declínio do lobo é a destruição do seu habitat pelo homem. Contudo, nas últimas décadas, e resultado de um cada vez maior e mais divulgado conhecimento sobre este canídeo e do despovoamento de muitas regiões, o lobo tem vindo a reocupar naturalmente em muitas áreas onde tinha sido exterminado ou onde a sua densidade era reduzida. Esta é situação que se verifica na região da raia situada entre o rio Douro e rio Tejo, onde o lobo está cada vez mais presente.

Metodologias para o estudo do lobo

Dr. Gonçalo Ferrão da Costa

Investigador do Grupo Lobo

Para a realização de estudos de campo sobre o lobo é necessário ter em conta a dificuldade intrínseca que estes envolvem, devido à dificuldade de observação deste carnívoro em liberdade e às baixas densidades em que normalmente ocorre. Por esta razão, torna-se difícil estimar a totalidade de indivíduos que existem numa determinada região, bem como o seu uso da área, pelo que é necessária a utilização de métodos que permitam uma aproximação à sua distribuição e aos seus parâmetros ecológicos.

Os métodos para estudo do lobo, não são em si um fim, mas apenas um meio para obter a melhor informação possível sobre a espécie. Podem dividir-se em métodos de detecção directa (contacto directo com a espécie) e métodos de detecção indirecta (contacto com vestígios deixados pela espécie).

Os métodos de detecção indirecta incluem a prospecção de indícios de presença (particularmente dejectos), a armadilhagem fotográfica ou as análises genéticas. Os métodos de detecção directa englobam metodologias como as estações de escuta (uivos simulados para detecção de alcateias e crias) ou a observação directa com recurso a telescópio ou binóculos. A telemetria (actualmente maioritariamente telemetria por GPS) implica um contacto directo com a espécie (no processo de captura e colocação do colar emissor), mas que depois se transforma num contacto indirecto com o investigador, que recebe no seu computador as localizações do indivíduo.

Nesta comunicação será realizada uma comparação de custo-benefício destas várias metodologias, vantagens e desvantagens da sua utilização e formas de análise dos dados obtidos com cada um dos métodos utilizados.

Amostragem genética não invasiva e análise forense

Prof.^a Dr.^a Fernanda Simões & Dr.^a Carla Borges

Investigadoras do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV)

As técnicas de análise genética têm sido aplicadas com muito sucesso nas Ciências forenses, principalmente aquelas que se baseiam nas análises do ADN. O ADN está potencialmente presente em todas as amostras biológicas e o desenvolvimento tecnológico permite análises a partir de quantidades vestigiais. Estas análises consistem essencialmente na determinação de marcadores moleculares que podem até discriminar indivíduos em amostras não invasivas, ou seja, amostras que não envolvem a presença dos indivíduos a analisar, mas que contêm ADN que pode ser utilizado para a sua identificação, por exemplo, amostras de pele, saliva, sangue, dejectos, etc..

Serão apresentadas sumariamente as bases tecnológicas das técnicas utilizadas para a análise de ADN de amostras não invasivas com marcadores moleculares e a metodologias de recolha de amostras. Será demonstrada a sua aplicação nos estudos de monitorização da presença de lobos ou na identificação da espécie predadora em caso de prejuízos agro-rurais. Este tipo de monitorização é complementar de outras metodologias convencionais e espera-se que a informação produzida contribua para uma melhor compreensão das actividades e estratégias de sobrevivência das populações de lobo ibérico, para a monitorização das suas áreas de presença e consequente e minimização de conflitos da espécie selvagem com a espécie humana.

Actividade da Guarda no âmbito da preservação de espécies em vias de extinção nos distritos da Guarda e Castelo Branco: Fiscalização, caça furtiva e uso de venenos Homem e o Lobo

Major João Miguel Brito

Chefe da Secção do Serviço da Protecção da Natureza e Ambiente do Comando Territorial de Castelo Branco - GNR/SEPNA

Em Portugal o ambiente conta, há várias décadas, com a dignidade e a força de possuir uma protecção constitucional mas, na mesma medida, constitui um direito e um dever dos cidadãos, pelo que, concorrendo para a satisfação de uma das tarefas fundamentais do Estado, foi criado em Maio de 2001, no seio da Guarda Nacional Republicana, o Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) que viria a ser consagrado institucionalmente no Decreto-Lei n.º 22/2006 de 2 de Fevereiro.

Este diploma legal atribuiu ao SEPNA uma vasta panóplia de competências e a sua posterior regulamentação veio a consagrá-lo como uma polícia ambiental de âmbito nacional, competente para vigiar, prevenir, fiscalizar, reprimir, noticiar e investigar todas as infracções à legislação que vise proteger a natureza, o ambiente e o património natural, excepto nos casos em que a investigação é expressamente cometida a outra entidade.

Ultrapassados os anos iniciais, diversos documentos têm demonstrado que o SEPNA veio preencher a falta de policiamento ambiental em Portugal e contribuir decisivamente para a sustentabilidade do ambiente. Para além das extensas e complexas áreas de actuação previstas inicialmente, por vezes, como corolário do reconhecimento do Serviço na melhoria das condições ambientais, foram sendo acrescentadas e aprofundadas outras, multiplicando as funções que quotidianamente são desenvolvidas pelos militares e civis deste Serviço especializado da Guarda e que, forçosamente, têm de pugnar, pela qualidade, na sua actuação.

Contribuindo, humildemente, para a preservação da fauna em vias de extinção, nos distritos de Castelo Branco e da Guarda e, com especial relevância para a temática em discussão, importa ressaltar, por um lado, a actividade de fiscalização desenvolvida no âmbito cinegético, seja por iniciativa própria, seja na execução de operações de âmbito nacional, bem como uma reduzida sinalização de infracções à lei de bases de protecção do lobo ibérico e, por outro lado, a actuação em parceria quer no âmbito do Programa Antídoto, traduzida pelo significativo número de espécimes recolhidas, quer na implementação de um plano especial de vigilância em áreas previamente delimitadas, inserido no Plano de acção para a conservação do Lince Ibérico.

O Grupo de Intervenção Cinotécnico da Guarda (GIC): Projecto Cães Detectores de Vida Selvagem

Major Costa Pinto

Comandante do GIC - GNR/SEPNA

Os Cães de Detecção de espécies protegidas podem ser empenhados em qualquer posto fronteiriço onde haja entrada de pessoas e mercadorias, seja por via terrestre, aérea ou marítima. Poderão efetuar buscas a bagagens, viaturas, contentores, volumes e também efetuar buscas pessoais. O tipo de busca dependerá sempre do treino prévio efetuado, e a sua eficiência também está diretamente relacionada com o mesmo. O facto de ser possível e viável efetuar tal tipo de busca não é por si só condição para a sua realização.

Apesar de, inicialmente, poder parecer que o custo da iniciação ou expansão de um programa de cães detetores de espécies protegidas é relativamente alto, as implicações de custo são mínimas, quando nos deparamos com as potencialidades que tais meios nos oferecem. Além do fato de os cães serem capazes de pesquisar de modo mais eficaz qualquer local onde se podem realizar tentativas de contrabando de tais espécies, os benefícios que as equipas Cinotécnicas representam são múltiplos e incluem:

I. Aumento do número de passageiros e carga verificada;

II. Redução dos custos globais das Forças e Serviços de Segurança;

No tempo que levaria um Binómio a realizar uma busca relativamente completa de passageiros e bagagens que cheguem numa Aeronave, seriam necessários cerca de 40 Agentes das Forças de Segurança para proceder à mesma busca de um modo superficial. O custo de um programa de cães de deteção torna-se mínimo, especialmente se forem tidos em conta os custos da realização de campanhas de sensibilização pública, realização de exercícios de relações públicas etc., para não mencionar o fato de que os agentes humanos, não têm a capacidade de detetar comércio ilegal de forma tão eficaz.

III. Aumento da sensibilidade do público para esta temática;

A presença de um cão de deteção naturalmente estimula o interesse dos passageiros que chegam a um aeroporto. A combinação de um cão de uma raça não-ameaçadora visualmente e o entusiasmo do seu tratador, aumenta, entre o público, a sensibilização para o comércio ilegal de espécies protegidas, e ao mesmo tempo, envia uma mensagem clara de que o tráfico de espécies protegidas é ilegal, e é uma questão levada a sério pelo governo.

IV. Enorme potencial de Relações Públicas;

Um cão de uma raça não-ameaçadora visualmente e um tratador que esteja disponível para responder a perguntas que lhe sejam colocadas pelo público, melhora a imagem da Instituição e as relações com a população.

V. Educar os funcionários aduaneiros e o público em geral;

Embora os funcionários aduaneiros responsáveis por intercetar mercadorias ilegais também possam efetuar as triagens e verificar a presença ilegal de espécies protegidas, poderão não ser capazes de reconhecer as espécies ou saber se é ilegal ou não. A presença de um Binómio responsável pela verificação da presença ou não de tais espécies permite que o funcionário da alfândega procure ajuda e ao mesmo tempo aprenda mais sobre o assunto. Da mesma forma com o público em geral, a presença de um Binómio permitirá saber mais sobre as espécies que são proibidas ou regulamentadas o seu comércio.

VI. Reforçar a segurança dos funcionários aduaneiros;

Uma marcação efetuada por um Binómio de deteção de espécies protegidas indicará a presença de produtos ou animais selvagens. Para o funcionário da alfândega, a Inspeção que efetuará em seguida, será feita de modo cauteloso, pois poderá estar na presença de por exemplo, cobras venenosas vivas;

VII. Um obstáculo para potenciais traficantes de espécies protegidas;

É facilmente perceptível que este tipo de Binómios são um recurso útil para a aplicação da regulamentação internacional CITES e para o controlo do comércio de animais.

CONCLUSÕES

O tráfico de espécies protegidas, embora seja um assunto de pouco conhecimento público, é neste momento um dos negócios ilegais mais rentáveis do mundo. Nesse sentido, as Organizações Internacionais adotaram medidas e precauções para desenvolver um combate eficaz a esta problemática. No entanto, e mesmo que a referida Organização avance com medidas concretas, existe sempre a necessidade de cada estado implementar as medidas em legislação Nacional. Este facto por si só, leva a que o combate na União Europeia não seja coerente e não seja efetuado de igual modo em todas as fronteiras da UE.

As Forças e Serviços de Segurança com responsabilidade no combate ao tráfico de espécies protegidas necessitam assim de criar as condições e possuir as ferramentas que promovam um combate eficaz. Neste âmbito, e devido às suas características físicas e Operacionais, os meios Cinotécnicos revelam-se como sendo um meio que embora aparentemente pareça ser dispendioso, é de grande eficiência e utilidade, não só na deteção mas também na consciencialização da sociedade civil e agentes da

ordem para o problema. Assim, é importante que Portugal obtenha os meios que garantam uma maior probabilidade de sucesso, colocando o país no “comboio europeu” e elevando-o no panorama internacional de combate ao tráfico de espécies protegidas.

Para finalizar, e de modo a definir de forma simples e direta a importância deste assunto, recorrerei a uma frase de Mohandas Karamchand Gandhi, que é sintomática do que acima foi exposto: "O grau de civilização de uma sociedade pode ser medido pela forma como trata os seus animais."

Extrato do Trabalho *“Tráfico de espécies protegidas – aplicabilidade dos meios Cinotécnicos no seu combate”*, realizado pelo Capitão Miguel Rodrigues, no âmbito do Curso de Promoção a Oficial Superior da GNR e Pós Graduação em Direito e Segurança da Universidade Nova de Lisboa.

Uso ilegal de venenos: Toxicologia, protocolos de actuação e aspectos legais

Dr. Ricardo Brandão

Associação ALDEIA
Programa Antídoto - Portugal

O uso de venenos tem sido referido em várias partes do mundo como uma causa importante de extinções ou diminuições drásticas de algumas populações de animais selvagens, nomeadamente aves necrófagas. Em Portugal, as referências ao uso de venenos para controlo de animais considerados nocivos remontam ao século XIX e desde essa época que há relatos de vários casos de envenenamento intencional de animais e até de pessoas. O extermínio de populações de animais silvestres devido a esta prática foi em tempos incentivada pelas próprias autoridades e conduziu à extinção de inúmeras espécies em diversas regiões do país. Esses incentivos e o consequente reconhecimento público pelo sucesso dos envenenamentos originaram alguma documentação histórica da mortalidade de espécies consideradas nocivas pelas populações, como é o caso do lobo-ibérico (*Canis lupus signatus*), da águia-real (*Aquila chrysaetus*) ou até do grifo (*Gyps fulvus*).

Os venenos são usados principalmente para tentar controlar animais considerados nocivos, ou seja, os iscos envenenados são direccionados a predadores das espécies pecuárias e cinegéticas. As espécies-alvo são os cães e gatos assilvestrados, lobos e mamíferos de pequeno e médio porte, como a Raposa (*Vulpes vulpes*) e o Sacarrabos (*Herpestes ichneumon*), entre outros. Os conflitos entre caçadores, ou entre estes e as populações locais também têm estado na origem de inúmeros casos de envenenamento. O uso de venenos para controlo de roedores e aves silvestres consideradas prejudiciais às actividades agrícolas também continua a ser uma prática frequente e pouco controlada, embora com consequências pouco conhecidas.

A mortalidade de animais por envenenamento não tinha sido estudada em Portugal até 2003 e por essa razão tinha sido subestimada. Desde esse ano que a recolha de informações no âmbito do Programa Antídoto – Portugal tem permitido conhecer com maior rigor as zonas do país e épocas mais críticas no que respeita à mortalidade de animais, principalmente domésticos. Em relação às espécies selvagens os casos conhecidos ainda poderão não ser suficientes para conhecer o verdadeiro impacto ao nível da conservação das espécies protegidas. No entanto, há vários factos que indiciam que o seu impacto sobre algumas espécies silvestres é potencialmente relevante, com particular destaque para algumas espécies de aves, principalmente as de hábitos necrófagos. Estas espécies são susceptíveis a envenenamento primário quando ingerem iscos envenenados, mas também secundário quando se alimentam

de aves e mamíferos envenenados acidental ou intencionalmente. Uma vez que as substâncias tóxicas entrem nas cadeias alimentares, podem tomar proporções incontrolláveis. Outro importante facto relacionado com a mortalidade de animais silvestres é que de uma forma geral, são atingidos os exemplares em melhores condições físicas e com maior potencial reprodutor e por isso, a dinâmica populacional pode ser gravemente afectada. Por essa razão, o uso de venenos é considerada uma das maiores ameaças à conservação de algumas espécies silvestres.

Para fazer frente ao problema do veneno, foi constituída uma plataforma de várias organizações públicas e privadas portuguesas, denominado Programa Antídoto – Portugal (www.antidoto-portugal.org). Após as primeiras reuniões de trabalho desde 2003, esta iniciativa arrancou no nosso país em Março de 2004, com uma forte ligação à plataforma congénere criada em Espanha em 1998, e os seus principais objectivos são conhecer os efeitos do uso ilegal de venenos e estabelecer medidas para resolução de vários problemas que estão na sua origem. A plataforma é constituída por diversos tipos de entidades nacionais, e está estruturada em dois grupos: a equipa de coordenação formada pelas entidades promotoras e um lote de entidades parceiras.



Protocolo de Actuação

Quando há conhecimento, por parte dos agentes fiscalizadores, de uma situação com suspeita de uso ilegal de veneno deverá contactar:

(quando os primeiros agentes fiscalizadores a terem conhecimento da situação são Vigilantes da Natureza)

- a EPNA da região em causa para que actue em conformidade com os protocolos estabelecidos.
- o Veterinário Municipal, para que caso seja possível compareça no local.

Como actuar no local?

- prospectar a área onde ocorreu o acontecimento.
- fotografar animais envolvidos, iscos e zona onde se encontram.
- preencher o formulário registando o máximo de informação disponível.
- proceder à recolha do material. Para tal deve cumprir as seguintes normas de segurança:
 - colocar uma máscara que proteja a entrada das vias oral e nasal e, seguidamente,
 - colocar luvas.

Como actuar na presença de cadáveres ou isco:

- colocar cada cadáver num saco;
- colocar em sacos separadamente todo o material que possa estar relacionado com o cadáver (partes deste, dejectos, vómitos, ...);
- identificar individualmente todos estes sacos com a seguinte informação:
 - **Local e data da recolha**
 - **Nº do auto**
 - **Espécie**

Caso existam possíveis iscos na proximidade do cadáver deverão ser embrulhados em papel de alumínio ou colocados num invólucro de plástico. Em qualquer dos casos, estes devem ser colocados num saco de plástico que será identificado com a seguinte informação:

- **Local e data da recolha**
- **Nº do auto**

Todos estes sacos (cadáveres e iscos) devem ser reunidos num outro saco que será selado, para garantir a inviolabilidade da amostra uma vez que se trata de uma prova judicial. Cada saco destes deve ser identificado com a seguinte informação:

- **Identificação do conteúdo:** espécie(s), nº de cadáveres, nº de outras amostras
- **Local recolha** (sempre que possível indicar coordenadas UTM)
- **Pormenores e características do local**
- **Data e hora da recolha**
- **Identificação do(s) agente(s) que efectuaram a recolha**
- **Número do auto de notícia ou do caso**
- **Identificação de quem realiza o transporte, matrícula do veículo em que se deslocam, data, hora, trajecto a percorrer.**

O transporte é da responsabilidade dos agentes fiscalizadores, podendo ser delegado a outras pessoas/entidades creditadas.

O material relativo a um episódio com suspeita de envenenamento deve ser enviado todo de uma só vez.

Caso não seja possível proceder de imediato ao transporte do material para o laboratório, deverá ainda registar:

- **Data e local onde é entregue o material**

Outras informações a ter em atenção:

- Quando se trata de um cadáver antigo (esqueleto), deve-se recolher uma amostra de terra que se encontre por baixo do mesmo, até uma profundidade de 15 cm.
- Percorrer a área circundante em busca de mais cadáveres e/ou iscos envenenados, recorrendo ao maior número possível de agentes.
- É recomendável congelar imediatamente tanto os iscos como os cadáveres e proceder ao seu envio urgente, para realização do exame pericial e análise toxicológica.
- O original do auto do caso registado no terreno deve acompanhar a amostra e o duplicado deve ser anexado ao auto de notícia.
- Os autos de notícia devem ser totalmente preenchidos com as informações sobre o cadáver, iscos, data, hora, localização, identificação e assinatura das testemunhas e pessoas presentes, relato pormenorizado dos factos, e outras informações relevantes.
- Os agentes fiscalizadores devem elaborar o termo de entrega.
- As amostras devem ser entregues nos locais identificados para esse efeito.

Como actuar na presença de animais selvagens vivos:

Os animais selvagens devem ser imediatamente encaminhados para o centro de recuperação mais próximo e que possa receber o animal.

Um Kit completo é formado por:

- Caixa plástica de transporte.
- Frascos, obrigatoriamente de plástico (tipo de urina), de 2 tamanhos (150 e 500 ml) e em nº de 10 cada.
- Rolo de papel de alumínio.
- Sacos do lixo de vários tamanhos (evitar os de cor preta).
- Sacos herméticos para introduzir as amostras ou para selar os frascos. O tamanho deve ser o suficiente para colocar os frascos de plásticos.
- Braçadeiras plásticas invioláveis (habitualmente designadas por selos).
- Luvas de látex.
- Máscaras.
- Etiquetas em papel vegetal.
- Lápis e caneta de acetato.
- Modelos de relatório e formulário.
- Versão resumo do protocolo de como recolher as amostras e cuidados a ter.
- Lista de contactos úteis.

CONTACTOS

Coordenação do **Programa Antídoto – Portugal**

Av. dos Bombeiros Voluntários, 8.

6290-520 Gouveia

Tel: (+351) 91 9457984 / 238 492411

Fax: (+351) 238 494183

E-mail: antidotoportugal@gmail.com

<http://www.antidoto-portugal.org>

*Programa Antídoto – Portugal
Março de 2006*



Formulário

Nº do auto do SEPNA: _____

Enviado para: _____

Data de envio: ____ - ____ - 201__

Local

Coordenadas: _____

Lugar: _____ Localidade: _____

Concelho: _____ Distrito: _____

Data: _____ - _____ - 201__

Caracterização do local _____

O local está integrado numa Zona de Caça?

Não ☐

Sim ☐

Qual o nome e número? _____

Material recolhido

Espécie	Nº de exemplares	Observações

Outros: _____

Descrição da situação: _____

Problemas ou insuficiências detectados no processo de recolha: _____

Entidades presentes no local

SEPNA : _____

Nome dos Agentes: _____

Contacto: _____

Equipa de Vigilantes da Natureza ICNF ☐ Identificar Área Protegida _____

CCDR ☐ Identificar CCDR: _____

Nome dos VN: _____

Contacto: _____

Equipa da Polícia Florestal de : _____

Nome dos Agentes: _____

Contacto: _____

Veterinário Municipal

Foi contactado? Sim ☐ Não ☐ Porquê _____

Esteve presente? Sim ☐ Não ☐ Porquê _____

Outra(s) Entidade(s) presentes:

Nome dos representantes: _____

Contacto: _____

No caso de animais domésticos, identificar os seguintes dados do proprietário:

Nome: _____ Tel: _____

Morada: _____ Código postal: _____ - _____

Localidade: _____

Foi realizada uma prospecção da área circundante?

Não ☐ Porquê _____

Sim ☐ Quantos agentes envolvidos _____ Outras pessoas: _____

Foram tiradas fotografias: Sim ☐ Não ☐

Transporte dos cadáveres/material realizado por

Nome _____

Matrícula da viatura _____

Trajecto percorrido até ao local de entrega: _____

Entrega dos cadáveres/material

Local: _____

Data: _____

Termo de entrega recebido por: Entidade _____ Quem recebeu: _____

Outras observações

Responsáveis pelo preenchimento deste formulário

Entidade _____

Nome _____ Assinatura: _____

Nome _____ Assinatura: _____

*Programa Antídoto – Portugal
Março de 2006*

Seleccção e utilização de cães de detecção para avaliar os esforços de conservação

Dr. Heath Smith

Coordenador e Treinador Principal, Centro de Biologia da Conservação, Universidade de Washington.

O Centro de Biologia da Conservação da Universidade de Washington tem utilizado cães de detecção para amplificar os seus esforços de conservação. Desde 1998, os cães incluídos no Programa Canino de Conservação (*Conservation Canines*) têm sido treinados para localizar desde dejectos de Orcas ou de Ratos, a espécies vivas, como sapos e salamandras, até plantas, carcaças e indivíduos específicos.

Através da detecção de dejectos podemos obter uma quantidade extraordinária de informação de forma não invasiva, como por exemplo: identificar a espécie, o sexo, o indivíduo, bem como avaliar o stress, o estado reprodutor e nutricional, a existência de desregulações endócrinas, de parasitas, de doenças, de poluentes ou estudar a dieta. Estes dados permitem-nos ainda determinar a abundância, a distribuição e o uso do habitat por uma determinada população animal, bem como identificar eventuais perturbações de natureza ecológica ou humana. Vamos examinar o que é preciso para seleccionar e treinar um cão de detecção e os benefícios e dificuldades da utilização deste método para avaliar os esforços de conservação.